

Demonstrativo do conteúdo das Resoluções Consolidadas

- Resolução 1 – Regimento Interno

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - REGIMENTO INTERNO	
Número/Ano	Ementa
1/2005	Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.
22/2006	Regulamenta o pagamento de retribuição pecuniária aos juízes auxiliares do Conselho Nacional de Justiça.
67/2009	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.
69/2009	Dispõe sobre a implementação do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ.
142/2011	Redefine a coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela extinta Comissão Permanente de Relacionamento Institucional e Comunicação.

- Resolução 2 - Gestão Estratégica

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - GESTÃO ESTRATÉGICA	
Número/Ano	Ementa
4/2005	Cria o Sistema de Estatística do Poder Judiciário e dá outras providências.
49/2007	Dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário relacionados no art. 92, incisos III ao VII da C.F.
76/2009	Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências.
129/2011	Extinção do Prêmio Nacional de Estatísticas Judiciárias.
198/2014	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
	Resolução 204/2015 - Revoga os §§ 4º e 5º do artigo 12 da Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014.
221/2016	Institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

- Resolução 3 – Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO	
Número/Ano	Ementa
194/2014	Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.
195/2014	Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
219/2016	Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
	Resolução 243/2016 - Altera a Resolução CNJ 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

- Resolução 4 – Gestão de Pessoas

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - GESTÃO DE PESSOAS	
Número/Ano	Ementa
58/2008	Dispõe sobre a exigência, como requisito para provimento do cargo de Escrivão Judicial, da conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito.
119/2010	Dispõe sobre a revogação da Resolução nº 48, de 16 de dezembro de 2007, alterada pelo Ato Normativo 0007097-66.2009.2.00.0000, julgado na 96ª Sessão Ordinária, em 16 de dezembro de 2009.
141/2011	Revoga a Resolução nº 38, de 14 de agosto de 2007, que regulamenta a assistência à saúde na forma de auxílio.
146/2012	Dispõe sobre o instituto da redistribuição de cargos efetivos dos quadros de pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União.
147/2012	Determinar aos Tribunais Regionais do Trabalho que a indicação do diretor de secretaria das Varas do Trabalho, na forma do art. 710 da Consolidação das Leis do Trabalho, compete, de forma discricionária, ao juiz titular, preferencialmente entre bacharéis em Direito, salvo impossibilidade de atender ao requisito.
159/2012	Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.
174/2013	Dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.
178/2013	Revoga a Resolução nº 126, de 22 de fevereiro de 2011.
192/2014	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.
207/2015	Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
227/2016	Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
240/2016	Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário.

- Resolução 5 – Gestão Administrativa

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
Número/Ano	Ementa
31/2007	Estabelece procedimentos e prazos para encaminhamento, ao Conselho Nacional de Justiça, das propostas orçamentárias para o ano de 2008, e de solicitações de alterações orçamentárias autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias no exercício de 2007 pelos Órgãos do Poder Judiciário da União e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
43/2007	Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, limites para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2007.
53/2008	Estabelece procedimentos e prazos para encaminhamento, ao Conselho Nacional de Justiça, das propostas orçamentárias para o ano de 2009, e de solicitações de alterações orçamentárias autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias no exercício de 2008 pelos Órgãos do Poder Judiciário da União e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
61/2008	Disciplina o procedimento de cadastramento de conta única para efeito de constrição de valores em dinheiro por intermédio do Convênio BACENJUD e dá outras providências.
85/2009	Dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário.
88/2009	Dispõe sobre a jornada de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, o preenchimento de cargos em comissão e o limite de servidores requisitados.

103/2010	Dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, determina a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais e dá outras providências.
111/2010	Institui o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJud e dá outras providências.
127/2011	Dispõe sobre o pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete, em casos de beneficiários da justiça gratuita, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus.
130/2011	Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 1º da Resolução nº 88, de 8 de setembro de 2009. OBSERVAÇÃO: Suspensa. Aguarda o julgamento definitivo da ADI nº 4.598.
140/2011	Proíbe a atribuição de nomes de pessoas vivas aos bens públicos sob a administração do Poder Judiciário.
153/2012	Estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.
	Resolução 196/2014 - Altera a Resolução CNJ n. 153/2012, que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.
167/2013	Revoga a Resolução nº 40, de 14 de agosto de 2007, que dispõe sobre os procedimentos de reconhecimento de união estável no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
168/2013	Revoga a Resolução nº 39, de 14 de agosto de 2007.
232/2016	Fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto no art. 95, § 3º, do CPC - Lei 13.105/2015

- Resolução 6 – Segurança do Judiciário

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - SEGURANÇA DO JUDICIÁRIO	
Número/Ano	Ementa
104/2010	Dispõe sobre medidas administrativas para a segurança e a criação de Fundo Nacional de Segurança, e dá outras providências.
	Resolução 124/2010 - Altera redação do art. 1º da Resolução nº 104, de 6 de abril de 2010, que dispõe sobre medidas administrativas para a segurança e a criação de Fundo Nacional de Segurança.
176/2013	Institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.
	Resolução 189/2014 - Altera dispositivos da Resolução CNJ nº 176, de 10 de junho de 2013.
	Resolução 218/2016 - Altera dispositivos da Resolução CNJ 176, de 10 de junho de 2013, e dá outras providências.
239/2016	Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário

- Resolução 7 – Gestão da Informação e de Demandas Judiciais

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DEMANDAS JUDICIAIS	
Número/Ano	Ementa
46/2007	Cria as tabelas processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências
59/2008	Disciplina e uniformiza as rotinas visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

	Resolução 84/2009 - Confere nova redação aos artigos 12, § único; 13, § 1º; 15, II; 17 e 18, caput, e revoga os artigos 18, incisos I, II e parágrafo único; 19, parágrafo único; e 21 da Resolução nº 59, de 09 de setembro de 2008, que disciplina e uniformiza as rotinas, visando ao aperfeiçoamento do procedimento de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, a que se refere a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.
	Resolução 217/2016 - Altera e acrescenta dispositivos na Resolução 59, de 9 de setembro de 2008.
65/2008	Dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.
105/2010	Dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.
	Resolução 222/2016 - Altera o art. 1º da Resolução CNJ 105/2010 e dá outras providências.
112/2010	Institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal.
224/2016	Dispõe sobre o recolhimento do valor arbitrado judicialmente a título de fiança criminal na ausência de expediente bancário e dá outras providências.
234/2016	Instituiu o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), a Plataforma de Comunicações Processuais (Domicílio Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário, para os efeitos da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 e dá outras providências.
235/2016	Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105, de 16 de março de 2015 (CPC), no STJ, TSE, no TST, no STM, no TRF, no TRT e nos TJ's e dá outras providências.
236/2016	Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do novo Código de Processo Civil.

- Resolução 8 – Gestão e Organização Judiciária

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	
Número/Ano	Ementa
3/2005	Dispõe sobre as férias coletivas nos Juízos e Tribunais de 2º Grau e dá outras providências.
	Resolução 28/2006 - Revoga a Resolução nº 24, de 24 de outubro de 2006, que dispõe sobre a revogação do disposto no art. 2º da Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Justiça.
16/2006	Estabelece critérios para a composição e eleição do Órgão Especial dos Tribunais e dá outras providências.
71/2009	Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição.
	Resolução 152/2012 - Altera a Resolução nº 71/2009, que dispõe sobre plantão judiciário, para excepcionar a divulgação antecipada dos nomes dos Juízes plantonistas.
95/2009	Dispõe sobre a transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário.
216/2016	Dispõe sobre a eficácia e o alcance das Resoluções e determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e trata da competência da Corregedoria Nacional de Justiça no tocante à Justiça Eleitoral.
233/2016	Dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais de órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de 1º e 2º graus.

244/2016	Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências.
----------	--

- Resolução 9 – Acesso à Informação

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - ACESSO À INFORMAÇÃO	
Número/Ano	Ementa
102/2009	Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos.
	Resolução 151/2012 - Altera a redação do inciso VI do artigo 3º da Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.
121/2010	Dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências.
	Resolução 143/2011 - Altera a redação do art. 4º, § 1º, da Resolução CNJ no 121, de 5 de outubro de 2010.
215/2015	Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

- Resolução 10 – Nepotismo/Cargos e Funções

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - NEPOSTISMO/CARGOS E FUNÇÕES	
Número/Ano	Ementa
7/2005	Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.
	Resolução 9/2005 - Dá nova redação ao art. 3º da Resolução nº7, de 18 de outubro de 2005.
	Resolução 181/2013 - Altera a redação do § 1º do art. 2º da Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005.
	Resolução 229/2016 - Altera e acrescenta dispositivos na Resolução CNJ 7, de 18 de outubro de 2005, para contemplar expressamente outras hipóteses de nepotismo nas contratações públicas.
44/2007	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional.
	Resolução 50/2008 - Altera os artigos 2º, 4º, 5º e 7º, da Resolução n.44, que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional dos Condenados por ato de Improbidade Administrativa
	Resolução 172/2013 - Altera a redação da Resolução nº 44, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional.
148/2012	Dispõe sobre a prestação de serviços permanentes de segurança por policiais e bombeiros militares no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
156/2012	Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.

	Resolução 173/2013 - Altera a redação da Resolução nº 156, de 8 de agosto de 2012, que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
	Resolução 186/2014 - Altera dispositivo da Resolução CNJ n. 156, de 8 de agosto de 2012.

- Resolução 11 – Controle Administrativo e Financeiro

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
Número/Ano	Ementa
63/2008	Institui o Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA e dá outras providências.
68/2009	Estabelece procedimentos e prazos para encaminhamento, ao Conselho Nacional de Justiça, das propostas orçamentárias e das solicitações de alterações orçamentárias pelos órgãos do Poder Judiciário da União e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
83/2009	Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências.
86/2009	Dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos Tribunais, disciplinando as diretrizes, os princípios, conceitos e normas técnicas necessárias à sua integração.
98/2009	Dispõe as provisões de encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário.
114/2010	Dispõe sobre: I - O planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário. III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário.
	Resolução 132/2011 - Altera dispositivos dos arts. 5º, 7º, 25, 29 e 31 da Resolução n. 114 do Conselho Nacional de Justiça.
134/2011	Dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.
169/2013	Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
171/2013	Dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça (Processo CNJ nº 349.544).
177/2013	Altera o percentual destacado como limite para as despesas com pessoal e encargos sociais do Conselho Nacional de Justiça.
183/2013	Altera dispositivos da Resolução CNJ nº 169, de 31 de janeiro de 2013.
184/2013	Dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.
210/2015	Dispõe sobre procedimentos de transferência de bens do Conselho Nacional de Justiça, em atendimento ao projeto “Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação no Poder Judiciário”.

- Resolução 12 – Precatórios

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - PRECATÓRIOS	
Número/Ano	Ementa
115/2010	Dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário.
	Resolução 123/2010 - Acrescenta e altera dispositivos da Resolução nº 115 do CNJ, que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário.
	Resolução 145/2012 - Acrescenta e altera dispositivos da Resolução n. 115 do CNJ, que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário.
158/2012	Institui o Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC, com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão de precatórios.
	Resolução 205/2015 - Acrescenta dispositivo na Resolução 158, que instituiu o Fórum Nacional de Precatórios.

- Resolução 13 – Teto Remuneratório

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - TETO REMUNERATÓRIO	
Número/Ano	Ementa
13/2006	Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da magistratura.
	Resolução 42/2007 - Dá nova redação ao art. 6º da Resolução nº 13, de 21 de março de 2006; revoga a letra k do art. 2º da Resolução nº 14, de 21 de março de 2006, e acrescenta ao referido artigo um parágrafo único.
14/2006	Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para os servidores do Poder Judiciário e para a magistratura dos Estados que não adotam o subsídio.
73/2009	Dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário.

- Resolução 14 – Código de Ética da Magistratura

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - CÓDIGO DE ÉTICA	
Número/Ano	Ementa
60/2008	Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.

- Resolução 15 – Concurso, Promoção e Disciplina

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - CONCURSO, PROMOÇÃO E DISCIPLINA	
Número/Ano	Ementa
75/2009	Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.
	Resolução 118/2010 - Altera dispositivos da Resolução n. 75, de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.
	Resolução 208/2015 - Altera a Resolução 75, de 12 de maio de 2009.
106/2010	Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.
135/2011	Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências. Observação: Ação Direta de Inconstitucionalidade (Med. Liminar) - 4638

- Resolução 16 – Magistrados

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - MAGISTRADOS	
Número/Ano	Ementa
10/2005	Veda o exercício pelos membros do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e Comissões Disciplinares.
17/2006	Define parâmetros a serem observados na escolha de Magistrados para a substituição dos membros dos Tribunais.
27/2006	Revoga a Resolução nº 25, de 14 de novembro de 2006, que dispõe sobre a conversão em pecúnia de férias de magistrados não gozadas por necessidade de serviço, e a alínea “e” do inciso I do art. 8º da Resolução nº 13, de 21 de março de 2006.
32/2007	Dispõe sobre as remoções a pedido e permuta de magistrados de igual entrância.
	Resolução 97/2009 - Acrescenta parágrafo ao artigo 3º da Resolução n. 32, de 10 de Abril de 2007, que dispõe sobre as remoções a pedido e permuta de magistrados de igual entrância.
34/2007	Dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional.
	Resolução 226/2016 - Altera dispositivos da Resolução CNJ 34, de 24 de abril de 2007.
37/2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os Tribunais regulamentarem os casos excepcionais de Juízes residirem fora das respectivas comarcas.
64/2008	Dispõe sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o artigo 73, inciso I, da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).
72/2009	Dispõe sobre a convocação de juizes de primeiro grau para substituição e auxílio no âmbito dos Tribunais estaduais e federais.
	Resolução 144/2011 - Altera a redação do § 4º do artigo 5º da Resolução nº 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça.
	Resolução 149/2012 - Altera a Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, que dispõe sobre a convocação de juizes de primeiro grau para substituição e auxílio dos tribunais estaduais e federais.
82/2009	Regulamenta as declarações de suspeição por foro íntimo.
133/2011	Dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens.
139/2011	Dispõe sobre a transferência de magistrados para órgãos jurisdicionais fracionários no âmbito dos tribunais.
	Resolução 150/2012 - Altera Resolução nº 139, de 16 de agosto de 2011, a qual dispõe sobre a transferência de magistrados para órgãos jurisdicionais fracionários no âmbito dos tribunais.
166/2012	Dispõe sobre o critério de tempo no cargo para efeito de aposentadoria de magistrado.
170/2013	Regulamenta a participação de magistrados em congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares.
193/2014	Dispõe sobre a padronização da Carteira de Identidade de Magistrado do Poder Judiciário.
199/2014	A ajuda de custo para moradia no âmbito do Poder Judiciário, prevista no art. 65, II, da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979, de caráter indenizatório, é devida a todos os membros da magistratura nacional.
200/2015	Disciplina causa de impedimento de magistrado prevista no art. 134, IV, do Código de Processo Civil.
202/2015	Regulamenta o prazo para a devolução dos pedidos de vista nos processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário.
209/2015	Dispõe sobre a convocação de magistrados para auxílio no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, dos tribunais estaduais, regionais, militares e superiores e adota outras providências. OBSERVAÇÃO: Revoga o art. 12 da Resolução 72/2009.

- Resolução 17 – Execução Penal e Sistema Carcerário

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - EXECUÇÃO PENAL E SISTEMA CARCERÁRIO	
Número/Ano	Ementa
47/2007	Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal
66/2009	Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.
	Resolução 87/2009 - Dá nova redação e renumera artigos da Resolução nº 66, de 27 de janeiro de 2009, que cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória.
89/2009	Institucionaliza os mutirões carcerários como mecanismo de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. OBSERVAÇÃO: Tornada sem efeito pela Portaria 628/2009
101/2009	Define a política institucional do Poder Judiciário na Execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão.
108/2010	Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências.
113/2010	Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.
	Resolução 116/2010 - Revoga o § 2º do art. 2º e altera a redação do art. 4º da Resolução nº 113, de 20 de abril de 2010, que estabelece o processamento dos incidentes de execução em autos apenso ao processo de execução penal, tornando-o facultativo.
	Resolução 180/2013 - Acrescenta informações ao processo de execução penal e à guia de recolhimento quando houver, por força de detração deferida pelo juiz do processo de conhecimento, possibilidade de fixação de regime prisional mais benéfico ao condenado por sentença penal, nos termos da Lei n.12.736, de 3 de dezembro de 2012.
	Resolução 237/2016 - Altera o art. 1º da Resolução CNJ 113/2010
117/2010	Suspende, até a implantação do processo eletrônico, a vigência do art. 2º A da Resolução nº 66, de 06 de abril de 2010, que instituiu o Cadastro Nacional de Prisões Cautelares e Internações Provisórias.
137/2011	Regulamenta o banco de dados de mandados de prisão, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências.
154/2012	Define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária. OBSERVAÇÃO: Alterado o § 1º do art. 2º pela Resolução 225/2016.
	Resolução 206/2015 - Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Resolução 154, de 13 de julho de 2012, que disciplina a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.
162/2012	Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem.
213/2015	Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.
214/2015	Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMF) nos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal dos Territórios e nos Tribunais Regionais Federais.
223/2016	Institui o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais relativos à execução penal e dá outras providências.

- Resolução 18 – Acesso à Justiça e Cidadania

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA	
Número/Ano	Ementa
62/2009	Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e à estruturação de serviços de assistência jurídica voluntária.
125/2010	Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
225/2016	Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

- Resolução 19 – Responsabilidade Social

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Número/Ano	Ementa
96/2009	Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências.
107/2010	Institui o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde.
109/2010	Institui a Medalha Joaquim Nabuco de Direitos Humanos e dá outras providências. OBSERVAÇÃO: Tornada sem efeito pelo Processo nº 343587
110/2010	Institucionaliza, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Fórum de Assuntos Fundiários, de caráter nacional e permanente, destinado ao monitoramento dos assuntos pertinentes a essa matéria e à resolução de conflitos oriundos de questões fundiárias, agrárias ou urbanas.
138/2011	Institucionaliza, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Fórum Nacional das Ações Coletivas de caráter permanente.
163/2012	Cria o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa.
164/2012	Institui o Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário em relação aos Preparativos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.
212/2015	Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (FONTET), com o objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.
238/2016	Dispõe sobre a criação e manutenção pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara da Fazenda Pública.

- Resolução 20 – Responsabilidade Ambiental

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	
Número/Ano	Ementa
201/2015	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).

- Resolução 21 – Direitos humanos, infância, juventude e promoção da igualdade

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - DIREITOS HUMANOS, INFÂNCIA, JUVENTUDE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE	
Número/Ano	Ementa
54/2008	Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção.
	Resolução 93/2009 - Acrescenta e altera dispositivos à Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção e cria e dispõe sobre o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos.
	Resolução 190/2014 - Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, para possibilitar a inclusão dos pretendentes estrangeiros habilitados nos tribunais e dá outras providências.
77/2009	Dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei.
	Resolução 157/2012 - Acrescenta o § 2º ao artigo 1º da Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009.
	Resolução 188/2014 - Altera dispositivos da Resolução CNJ n.º 77, de 26 de maio de 2009, que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes.
94/2009	Determina a criação de Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
128/2011	Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
131/2011	Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.
165/2012	Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.
	Resolução 191/2014 - Altera a Resolução CNJ n. 165/2012, que dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.
203/2015	Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.
230/2016	Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão.
231/2016	Institui o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ)

- Resolução 22 – Cartórios

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - CARTÓRIOS	
Número/Ano	Ementa
20/2006	Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.
35/2007	Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro.
	Resolução 120/2010 - Altera dispositivos da Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, que disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro.
	Resolução 179/2013 - Altera a redação do art. 12 da Resolução nº 35, de 24 de abril de 2007, que disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/2007 pelos serviços notariais e de registro.
	Resolução 220/2016 - Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 35, de 24 de abril de 2007, para contemplar expressamente a hipótese de o cônjuge virago se encontrar em estado gravídico.
80/2009	Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público. Observação: ADI (STF) nº 363, 417, 1498, 1573, 1855, 2018, 2069-9, 2151, 2415-MC, 2602, 2961, 3016, 3319, 3443, 3517, 3519, 3522, 3580, 3748, 3812, e 4140
81/2009	Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.
	Resolução 122/2010 - Altera dispositivos da Resolução nº 81, de 9 de junho de 2009, que dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.
	Resolução 187/2014 - Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 81, de 9 de junho de 2009.
175/2013	Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

- Resolução 23 – Apostilamento

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - APOSTILAMENTO	
Número/Ano	Ementa
155/2012	Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.
228/2016	Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

- Resolução 24 – Tecnologia da Informação e Comunicação

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - CADASTROS/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/SISTEMAS	
Número/Ano	Ementa
12/2006	Cria o Banco de Soluções do Poder Judiciário e dá outras providências.
41/2007	Dispõe sobre a utilização do domínio primário ".jus.br" pelos órgãos do Poder Judiciário.
45/2007	Dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário.
91/2009	Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.
100/2009	Dispõe sobre a comunicação oficial, por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
136/2011	Altera a Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009.
182/2013	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
211/2015	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

- Resolução 25 – Processo Judicial Eletrônico - Pje

RESOLUÇÕES CNJ VIGENTES - PJE	
Número/Ano	Ementa
185/2013	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
	Resolução 245/2016 - Revoga o inciso III do § 4º do art. 6º e altera a redação do §1º do art. 18, ambos da Resolução CNJ 185/2013.